

## **FONTES JORNALÍSTICAS: CONTRIBUTOS PARA O MAPEAMENTO DO CAMPO**

MANUEL PINTO \*

Este ensaio nasce de uma necessidade e de um desejo. A necessidade advém da consciência do pouco que se tem pesquisado sobre as fontes no nosso país, apesar de elas constituírem uma dimensão central para a compreensão do jornalismo. O desejo surge e ganha expressão não apenas da vontade de estudar e de investigar, mas igualmente de o fazer em conjunto, dando na medida do possível um mote comum a um grupo de docentes e investigadores ligados ao jornalismo, mesmo que cada um deles o possa glosar a seu modo.

### **1. Algumas concepções dominantes sobre as fontes de informação**

Os termos de referência no equacionamento das fontes parecia-nos manifestamente insuficiente e pobre, por excessivamente vinculado a uma concepção utilitária e instrumental. Sendo o jornalismo um campo fundamental na produção e reprodução da vida social, tornava-se necessário analisar a relação com as fontes num quadro mais vasto e complexo, que fizesse emergir não apenas as dinâmicas internas ao campo, mas as convergências e as conflitualidades, decorrentes da interacção no sistema social.

Fomos também espicaçados por uma sucessão de casos no panorama português e estrangeiro <sup>1</sup>, que nos fizeram tomar consciência não apenas da

---

\* Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Braga. E-mail: mpinto@ics.uminho.pt

<sup>1</sup> Alguns exemplos: o caso da Universidade Moderna e da revelação de fontes pelos jornalistas; o caso do «Record» e da violação do «off the record»; o caso Clinton-Lewinski, entre outros dos verificados nos anos mais recentes.

importância do problema que pretendíamos estudar, como também do peso de algumas das mudanças ocorridas, de modo especial na última década, no campo jornalístico. De entre estas mudanças, parece-nos merecer referência a crescente concentração das empresas jornalísticas e mediáticas em grandes grupos económicos, frequentemente de âmbito transnacional; a crescente ‘tabloidização’ da informação, nomeadamente da televisiva, com uma mudança sensível dos temas e áreas-chave de cobertura <sup>2</sup>; e a precarização do trabalho nas redacções e inerente diluição da noção de carreira profissional.

Existe alguma dose de mistério e de magia à volta do problema das fontes em geral e, também, das fontes jornalísticas. Às fontes de onde nasce a água pura e fresca surge associada a ideia de origem da vida e de fecundação, mesmo, ou sobretudo, quando já não se vai à fonte, mesmo quando às fontes sucederam os fontanários e, mais tarde, a redes de distribuição domiciliária. De modo análogo, no terreno da informação mediatizada, a sofisticação que conhece nos dias de hoje o abastecimento noticioso das redacções pode levar a mitificar as fontes jornalísticas, a relação dos jornalistas com elas e a relação delas com os jornalistas.

Torna-se, assim, necessário começar por proceder a uma demarcação face àquilo que poderíamos designar por *concepções naturalistas das fontes*. É verdade que, como escreveu López-Escobar (1988: 521), «as fontes têm o poder de manar, de continuar manando e de deixar de manar». Mas não nascem do nada nem estão por aí, na lisa planície verde ou no côncavo da encosta arborizada, à espera de visita, quem sabe, de algum romance. As fontes são pessoas, são grupos, são instituições sociais ou são vestígios – falas, documentos, dados – por aqueles preparados, construídos, deixados. As fontes remetem para posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista, para quadros espaço-temporalmente situados. Em suma, as fontes a que os jornalistas recorrem ou que procuram os jornalistas são entidades interessadas, quer dizer, estão implicadas e desenvolvem a sua actividade a partir de estratégias e com tácticas bem determinadas. E, se há notícias, isso deve-se, em grande medida, ao facto de haver quem

---

<sup>2</sup> Ver, a este propósito, Franklin (1997) e, quanto ao conceito de «tabloidização», Esser, (1999). Cf. ainda os resultados do estudo publicado pelo Committee of Concerned Journalists (1999), que procedeu a uma análise de conteúdo da oferta informativa nos últimos 20 anos nos EUA. Michael Schudson (1996) nota, por sua vez, que a tendência para a diluição de fronteiras entre notícias e entretenimento tem sido acompanhada e suportada pela diluição entre a vida pública e privada, no quadro da qual «já não há consenso acerca daquilo que é mencionável na esfera pública relativamente ao que não é». Refira-se, enfim, a sugestão de Ramonet (1999) de que a esfera da comunicação tende a absorver a da informação.

esteja interessado que certos factos sejam tornados públicos (Gomis, 1991: 59).

Outra forma de abordar a interacção fontes-jornalistas consiste em tipificar e classificar os diferentes tipos de fontes. As taxonomias daí resultantes são vastas e naturalmente vinculadas a perspectivas e interesses distintos. Teríamos, assim:

1. segundo a natureza: fontes pessoais ou documentais;
2. segundo a origem: fontes públicas (oficiais) ou privadas;
3. segundo a duração: fontes episódicas ou permanentes;
4. segundo o âmbito geográfico: fontes locais, nacionais ou internacionais;
5. segundo o grau de envolvimento nos factos: oculares/primárias ou indirectas/ secundárias;
6. segundo a atitude face ao jornalista: fontes activas (espontâneas, ávidas) ou passivas (abertas, resistentes) (Caminos Marcet, 1997; Borrat cit. in Bezunartea et al.1998, p.81-82);
7. segundo a identificação: fontes assumidas/explicitadas ou anónimas/confidenciais;
8. segundo a metodologia ou a estratégia de actuação: fontes pró-activas ou reactivas (McNair, 1998, 147-150), preventivas ou defensivas.

Esta forma de abordagem permite-nos fundamentar a ideia de que estamos perante um vastíssimo campo, que extravasa os próprios 'territórios' delimitados pelos conceitos definidores da polaridade fontes – jornalistas, o que não deixa de se revestir de significado e alcance. Mas não nos ajuda, por si, a criar um quadro de compreensão dinâmico e contextualizado não apenas da relação interna ao binómio considerado, como também das interacções com o sistema social mais vasto.

Ainda dentro desta mesma orientação classificatória, podemos considerar também incluídas as abordagens que, em lugar de tipificar as fontes, procuram antes catalogar e analisar os problemas que emergem da actividade dos jornalistas, da actividade das fontes ou da relação entre as duas partes. Encontramos, nesta linha, tópicos como as fugas de informação, o recurso às fontes anónimas ou aos disfarces para obtenção de informação; a instituição e prática do *off the record* e do embargo; o recurso aos rumores e boatos; a realização e mediatização das sondagens; o direito dos jornalistas à protecção das suas fontes de informação; as implicações da informação-espectáculo, dos pseudo-eventos e do recurso cada vez mais frequente ao directo em rádio e televisão, para dar apenas alguns exemplos

em torno dos quais se centram, com mais frequência e atenção, os debates públicos e os manuais de jornalismo<sup>3</sup>. Predomina, neste ângulo de abordagem, uma orientação normativa, nas suas vertentes jurídico-legal e ético-deontológica que constitui claramente uma dimensão fulcral da relação entre as fontes e os jornalistas, a qual, todavia, só adquire toda a sua amplitude e alcance quando confrontada com os fundamentos que a sustentam.

Poder-se-ia, finalmente, fazer alusão a um modo de analisar o tema aqui em apreciação de um *ponto de vista funcional e utilitário*. Que procuram as fontes, quando buscam a atenção dos *media* ou os jornalistas quando recorrem às fontes? Que motivações as conduzem? Que objectivos e finalidades perseguem? Recorrendo quer ao discurso corrente quer aos resultados de pesquisas empíricas, sublinha-se, assim, que as fontes procuram todos ou, pelo menos, alguns dos seguintes objectivos:

1. a visibilidade e atenção dos *media*;
2. a marcação da agenda pública e a imposição de certos temas como foco da atenção colectiva;
3. a angariação de apoio ou adesão a ideias ou a produtos e serviços;
4. a prevenção ou reparação de prejuízos e malefícios;
5. a neutralização de interesses de concorrentes ou adversários;
6. a criação de uma imagem pública positiva.

Por sua vez os jornalistas buscariam:

1. a obtenção de informação inédita;
2. a confirmação ou desmentido para informações obtidas noutras fontes;
3. a dissipação de dúvidas e desenvolvimento de matérias;
4. o lançamento de ideias e debates;
5. o fornecimento de avaliações e recomendações de peritos;
6. a atribuição de credibilidade e de legitimidade a informações directamente recolhidas pelo repórter.

---

<sup>3</sup> É sintomático que outros tópicos porventura não menos relevantes, como seja os direitos das fontes, os *media* enquanto fontes de outros *media*, as cartas ao director enquanto forma de acesso aos *media*, mereçam substancialmente menos atenção, nos debates e nos estudos, neste campo. Sobre os direitos das fontes, veja-se os resultados de um estudo realizado pelo Instituto Gutemberg, do Brasil, ao qual nos referiremos mais adiante. Para o tema dos *media* como fontes dos outros *media* e das questões assim suscitadas, veja-se o tópico «La Circulation Circulaire de l'Information» no trabalho de Pierre Bourdieu «Sur la Télévision» (1996, pp. 22-29). Refira-se, finalmente, que o importante estudo de Ericson et al., publicado em 1989, tomou as cartas ao director como um dos campos da análise empírica efectuada (cf. especialmente pp. 31-32 e sobretudo 338-376).

Encontramos vários destes aspectos referidos em trabalhos relevantes para o campo (veja-se, por exemplo, Ericson et al. 1989, pp. 4 e 25). Elencados do modo como acabámos de fazer, levantam-se, no entanto, várias dificuldades que importa examinar. Uma delas é a de criar a ideia de que, por esta via, obtemos respostas a problemas que ainda nem sequer chegaram a ser formulados. Por exemplo, colocando a questão das fontes deste modo, pode-se fazer passar subrepticamente a ideia de que as fontes e os jornalistas são realidades uniformes, homogéneas, invariáveis. Ora, na esteira de Ericson (id.: 24), fontes e jornalistas parecem estar ligados por relações que pressupõem diferentes níveis de variação, os quais dependem do tipo de organização das fontes e do tipo de organização das notícias. «Fontes diferentes apresentam requisitos diferentes, em termos de exposição e de reserva de conhecimento» (ibid.). De resto, como observou Bourdieu (1996: 22), «o jornalista é uma entidade abstracta que não existe»; o que existe são jornalistas de diferentes idades, de um e de outro sexo, com diversos graus de formação, diversos estatutos na profissão e trabalhando em quadros institucionais bastante distintos. O que não pode deixar de ser tido em consideração, na análise da relação com as fontes.

## **2. Institucionalização e profissionalização das fontes**

Uma das vias que nos pareceu mais produtiva para nos adentrarmos na reflexão sobre a relação entre as fontes e os jornalistas foi a da interrogação. E desde logo esta: como explicar a atenção e o interesse que o tema das fontes suscita, nos debates sobre o jornalismo? Por outro lado, como entender o aparente paradoxo que parece haver entre os debates e as polémicas em torno das fontes e a pouca investigação que tem sido realizada neste âmbito, em Portugal e, aparentemente, também noutros países?

Uma aproximação à resposta à primeira pergunta poderá residir naquilo a que Manuel Chaparro chamou, recentemente, a «revolução das fontes», ou seja, o processo histórico que conduziu à sua organização e institucionalização, com a inerente profissionalização e capacidade de passar à 'ofensiva', tendo em vista marcar a agenda das redacções, tudo fazendo «para que a pergunta do repórter se torne o mais dispensável possível»<sup>4</sup>. Mário Mesquita (1998: 91) cita deste Professor da Universidade de São Paulo e colunista da imprensa regional portuguesa a seguinte passagem: «Na minha opinião (...) a mais importante modificação ocorrida nos

---

<sup>4</sup> Trabalho jornalístico do jornalista João Miguel Tavares, em que dá conta da intervenção de Manuel Chaparro nas Conferências da Arrábida (cf. «Diário de Notícias», 16 de Outubro de 1998).

últimos 40 anos nos processos jornalísticos é a organização e a capacitação das fontes interessadas, produtoras e controladoras de acontecimentos, revelações e falas que alteram, explicam ou desvendam a actualidade».

De facto, nas últimas décadas com particular acuidade, foram sendo constituídos campos de saber, instituições diversificadas e uma panóplia de profissionais cuja razão de ser e cujo papel consiste precisamente em posicionarem-se como fontes estrategicamente colocadas na órbita dos *media* e interessadas em serem desses mesmos *media* fontes privilegiadas. Referimos naturalmente às diversas formas de comunicação institucional, de assessorias de comunicação, de gabinetes de imprensa, de conselheiros de imagem, de porta-vozes e adidos<sup>5</sup>. Há, hoje, claramente instituída, uma vasta e complexa teia de mecanismos, de instituições e de saberes, cujo propósito assumido é utilizar e, se possível, marcar a agenda dos *media*, jogar o seu jogo, tirar partido da sua lógica de funcionamento e, por essa via, atingir os objectivos que são, em primeiro lugar, os dos interesses que servem. Sublinhamos aqui a componente mediática dos serviços e departamentos de comunicação e relações públicas por ser aquela que, no contexto desta análise, mais nos importa, embora o façamos com a consciência de que a respectiva acção de comunicação não se circunscreve à vertente das relações com os *media*.

Poder-se-ia, assim, afirmar que a instância privilegiada de mediação social que o jornalismo constituía (e em boa medida ainda constitui) passou a ser disputada, a montante, por fontes organizadas e profissionalizadas que vieram complexificar os processos sociais de recolha e selecção (*newsgathering* e *gatekeeping*) das notícias e, por conseguinte, os processos de construção da própria realidade social (cf. fig. 1).

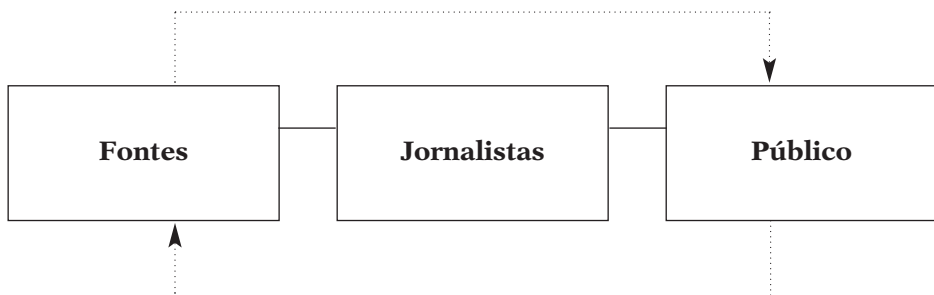


Fig.1

<sup>5</sup> Clare Short (cit. in McNair, 1998: 144) chama-lhes «the people who live in the dark», expressão que, na sua ambiguidade, tanto pode aludir aos jogos estratégicos e táticos deste tipo de fontes, como à diabolização que, por vezes, é alimentada nos meios jornalísticos.

Portugal conheceu também este fenómeno, com especial destaque a partir da segunda metade dos anos 70. Apesar de insuficientemente estudado, ele é visível na multiplicação de instituições e serviços, na visibilidade de vários dos seus profissionais, no associativismo e nas publicações. E, se bem que escassos, há mesmo alguns indicadores da sua intervenção no campo jornalístico <sup>6</sup>.

Como observámos já, a diabolização deste tipo de instituições e de funções, que é frequente encontrar em especial nos meios jornalísticos e e mesmo entre estudiosos do jornalismo, se bem que compreensível – pelo facto de muitos dos ‘condenados’ serem precisamente ex-colegas de profissão – não contribui certamente para entender o significado, natureza e implicações do novo fenómeno. O que nos faz falta, com efeito, é aprofundar e consolidar o esforço de compreensão da génese e florescimento desta institucionalização das fontes, da sua lógica de funcionamento e das suas práticas sociais. O que pressupõe que, em lugar do registo do louvor ou da condenação, se tome o fenómeno como objecto de estudo e de investigação. De resto, as inevitáveis relações de tensão ou conflito que por vezes ocorrem neste campo não podem ser entendidas como lutas entre bons e maus, mas entre lógicas de acção social autónomas e distintas e, em qualquer caso, legítimas <sup>7</sup>.

Daí parecer-nos um requisito básico quer da pesquisa quer da acção o efectivo reconhecimento da legitimidade e esfera própria de autonomia que assiste a cada um dos campos referidos, ao nível das funções sociais, do saber, do saber-fazer e da cultura sócio-profissional respectivas. Esse requi-

---

<sup>6</sup> Estrela Serrano (1998: 119), além de reconhecer «a escassez de estudos sobre as relações entre as fontes e os jornalistas» em Portugal, alude a um inquérito a jornalistas portugueses de diferentes meios da área da Grande Lisboa realizado pela Escola Superior de Comunicação Social, do qual se apurou que seis em cada dez profissionais (59,9%) utilizavam predominantemente informações de fontes como assessorias de imprensa e gabinetes de relações públicas. Refira-se, por outro lado, que no 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, realizado em 1998, foi sugerido o estudo de um estatuto especial para os jornalistas que são assessores de Imprensa (distinguindo-os claramente daqueles que se dedicam à actividade publicitária).

<sup>7</sup> É assim que um jornalista como João Carreira Bom, que se dedica há anos à comunicação estratégica, dizia recentemente: «Quanto maior for a vulnerabilidade e a preguiça dos jornalistas, mais perigosas podem ser as fontes organizadas e, entre elas, as agências. (...) As agências de comunicação valem pela qualidade do que transmitem aos jornalistas. Sabem que existe apenas uma forma eficaz de os «comprar»: com notícias dignas do nome. Os jornalistas, por sua vez, sabem como se livrar das fontes (e das agências) que só os chateiam: não publicando nada do que elas lhes enviam. Assim, é estranho que alguns se incomodem tanto com o alegado poder das agências e tão pouco, por exemplo, com certas limitações, impostas aos jornalistas por quem os contrata» (1998: 122-123). Assim, acrescentamos nós, não é estranho que muitos dos profissionais dessas agências sejam recrutados entre os profissionais do jornalismo.

sito vale outrossim para se poder analisar com rigor e criticidade a vasta paleta de interacções possíveis, incluindo as formas de negociação, as zonas de conflitualidade e os riscos de conluio ou promiscuidade.

Diríamos, de modo talvez redutor, que o jornalismo procura dar publicidade às matérias – factos, eventos, declarações – que os jornalistas consideram de interesse público, ao passo que as fontes organizadas, enquanto promotoras ou porta-vozes de instituições, procuram dar publicidade às matérias que interessam a essas instituições. Ao procurarem a visibilidade através dos *media*, movem-se, por conseguinte, por uma lógica privada – naturalmente legítima, mas privada – quer se trate de instituições juridicamente privadas, como sejam as empresas, associações e grupos da sociedade civil, quer se trate de entidades públicas, como partidos políticos, instituições de utilidade pública e órgãos do Estado. A todos é comum uma lógica de funcionamento que assenta, para recorrer aos termos goffmanianos em que Ericson et al. (1989) elaboraram a sua proposta, na adequada gestão da exposição e do encobrimento, da divulgação e do segredo, do palco e dos bastidores.

O interesse privado de uma grande parte das fontes organizadas e profissionalizadas leva-as a construir uma acção estratégica e tática assente em dois grandes eixos: por um lado, a conquista do acesso aos *media*, e não apenas da cobertura dos *media*; por outro lado, o esforço de gerir com o máximo cuidado as tentativas dos jornalistas de aceder às áreas de bastidores das instituições a que estão ligados<sup>8</sup>.

Os jornalistas, por sua vez, precisam de forma vital, das fontes e dos seus serviços, pelo que têm de pôr em acção processos exigentes que permitam conciliar a colaboração produtiva da fonte e o distanciamento crítico que o trabalho jornalístico supõe. Existe nesse ‘comércio’ um terreno de encontros (e desencontros) altamente instável, que supõe uma permanente negociação (Santos, 1997) e que leva López-Escobar a referir-se-lhe como «um casamento de conveniência» (1988:521)<sup>9</sup>. Os jornalistas que convivem frequentemente com determinados meios onde a informação se obtém – e designadamente com centros de diferentes tipos de poder, com os quais mantêm relações não apenas de proximidade, mas mesmo de intimidade – correm o risco de interiorizar excessivamente a lógica das fontes e mesmo de se

---

<sup>8</sup> Segundo Ericson et al. (1989), há que distinguir entre cobertura e acesso; a cobertura traduz-se no acesso das fontes às notícias, em termos de espaço ou de tempo; o acesso, por sua vez, prende-se não apenas com o espaço e o tempo, mas também com o contexto de representações favoráveis. Pressupõe, por isso, um maior poder de influência das fontes. Reciprocamente, poder-se-ia distinguir também, o acesso dos jornalistas às fontes, da mera cobertura, o que dependeria dos diversos graus de acesso que as fontes podem permitir a diferentes jornalistas ou meios de informação ou aos mesmos em momentos diferentes.

<sup>9</sup> «Afinidade electiva» – assim lhe chama Ericson (1989, p.14).



sentirem identificados com elas, a ponto de perderem de vista o destinatário primeiro da informação que produzem: o público (Bezunartea, 1998: 89).

Os riscos são, por conseguinte, significativos, não sendo o menor deles o de os jornalistas, nessa permanente negociação, deixarem, na prática, de o ser, para se converterem em coriféus dos poderes ou em simples comerciantes de informação. Como escreveu, um dia, Walter Lipmann, «o compadrio é a maldição do jornalismo (cit. in López-Escobar 1988: 528).

### 3. Incidências e interrogações no campo jornalístico

Não se julgue, no entanto, que os problemas dos jornalistas nascem apenas da convivência próxima com as fontes e da movimentação em zonas de acesso selectivo e reservado. Podem também surgir – e atrevemo-nos a aventar que surgem cada vez mais – das próprias condições de trabalho, subjectiva e objectivamente consideradas. Os recursos e a organização da redacção em que trabalham, o tempo outorgado pelas chefias para a apresentação dos trabalhos, os interesses e pressões provenientes dos grupos a que os órgãos de comunicação pertencem constituem outros tantos condicionalismos que limitam ou potenciam o posicionamento dos profissionais face às suas fontes de informação. A estes condicionalismos há que juntar a formação cultural, técnica e ética do jornalista, a experiência acumulada e o estatuto na profissão e na empresa, sem esquecer a percepção sentida do clima de vigilância dos pares (e do público) quanto à tradução na prática das normas ético-deontológicas em vigor. Estes são, individual e conjuntamente, aspectos que pesam, embora de modos significativamente diversos, na qualidade de trabalho jornalístico e, desde logo, na qualidade da informação disponibilizada ao público.

Existe, no entanto, uma margem de manobra, uma dimensão de autonomia relativa no trabalho jornalístico que diversos autores puseram em evidência e que importa ter em conta. Assim como as fontes, embora precisando dos jornalistas e de se submeter aos seus critérios e às suas lógicas de actuação, têm o poder de gerir, facultar, redireccionar a informação e, mesmo de encenar, como via de chamar a atenção e adquirir visibilidade, também os jornalistas, tanto individualmente como enquanto grupo profissional, detêm um poder que não pode ser menosprezado. Desde logo, porque, como notou Bezunartea (1997:83), as fontes são ‘património’ não do órgão de informação mas do próprio jornalista<sup>10</sup>, património esse construído ao longo do tempo, num quadro marcado por uma história mais ou

---

<sup>10</sup> A afirmação merece, apesar de tudo, algumas cautelas. É sabido que, para certo tipo de fontes, não é indiferente o meio de comunicação que procuram abordar ou pelo qual se deixam abordar.

menos prolongada de contactos, de interconhecimento, de mútua observação, em suma, de confiança. Daí que a familiaridade e convivência podem conter os riscos a que se aludia atrás, mas encerram igualmente virtualidades que podem revelar-se muito importantes para a qualidade do jornalismo. Por outro lado, se é certo que as fontes possibilitam diferentes graus de acesso à informação de que dispõem, também é verdade que os jornalistas não são meros intermediários ou observadores; têm ou podem ter um papel activo no material que seleccionam para divulgar, no enquadramento e contextualização das informações que obtêm junto das fontes e no destaque que lhes conferem ao nível da difusão. Por norma, sublinha Ericson et al. (1989: 14), «a notícia não é formulada segundo o contexto da fonte ou os critérios das testemunhas, mas reformulada segundo as normas do discurso noticioso». E McNair (1998: 159) acrescenta, nesta linha, que se os *media* fossem meras emanções de uma cultura capitalista monolítica e unitária, no sentido dos aparelhos ideológicos de Estado cujo conceito foi proposto por Althusser, não seriam necessárias relações públicas, porquanto isso significaria que qualquer organização (política, económica ou outra) saberia com certeza como é que os *media* iriam dar conta das suas actividades. Ora, nas democracias capitalistas avançadas, prossegue McNair, «é precisamente porque os *media* se abrem a vozes contestatárias e são imprevisíveis e opostos nas suas escolhas e nas suas necessidades de fontes que se tornaram de facto numa arena essencial para a luta ideológica e que um tipo de profissionais que dominam as técnicas dessa luta evoluiu no sentido de proporcionar apoio técnico aos que nela tomam parte» (1998:160).

É, todavia, evidente que o acesso a tal apoio técnico, isto é, aos serviços especializados e profissionalizados de comunicação institucional, depende em larga medida de poder económico, o que desde logo coloca grande parte das fontes organizadas estreitamente associadas às elites sociais. Tal como foi sublinhado relativamente aos diferentes países do mundo (Chang, 1998), nem todos marcaram iguais para poderem ter acesso às notícias e aos *media*.

Mas também é verdade que há aspectos ligados não apenas à cobertura como também ao acesso aos *media* em que não é determinante apenas o factor económico. De facto, temos vindo a assistir, com uma extensão e frequência que conviria estudar e analisar com mais atenção, a uma capacidade notável de organizações e movimentos sociais, muitas vezes relativamente marginais face às lógicas dominantes dos sistemas sociais, conseguirem, não só momentânea mas mesmo continuamente, a atenção dos jornalistas. Algo de parecido ocorre com movimentações sociais ligadas a determinados problemas de comunidades locais, e até atitudes individuais<sup>11</sup>, que beneficiam de entrada assegurada na agenda mediática.

---

<sup>11</sup> O recurso à greve da fome, por exemplo. Carlos Chaparro contava recentemente («Uma História Exemplar de Protagonismo», in *O Ribatejo*, 5 de Agosto de 1999) o caso de um

Tal fica a dever-se, em grande medida, à percepção e apropriação da lógica da construção noticiosa – especialmente nas televisões – e dos valores-notícia que mais contam para quem gere e decide a informação, por parte de franjas de público mais atentas às tendências do campo jornalístico. Percebendo que as acções sociais existem e têm impacte tanto maior quanto mais visibilidade conquistem nos *media*, muitas destas iniciativas são concebidas e organizadas – não apenas na sua configuração, mas igualmente no seu calendário e no seu horário – a pensar nos *media*, quando não em articulação com eles <sup>12</sup>. Torna-se, assim, possível aos *media*, mesmo com factos e ocorrências que aparentemente sobem à boca de cena como eventos espontâneos ou não programados, montar o espectáculo mediático-informativo, quer através do tempo, destaque e meios afectos à cobertura, quer mediante o recurso a fontes socialmente legitimadas para comentar e interpretar os dados e para recomendar acções de resposta. Estes são processos de amplificação e de dramatização, potenciados pelo recurso à emissão em directo e pela lógica imitativa dos *media*, essa espécie de «jogo de espelhos que se reflectem a si próprios» (Bourdieu, 1996: 25)

Quer a organização jornalística quer os jornalistas individualmente considerados deparam, por conseguinte, com uma pressão das fontes, em luta cada qual de per si e muitas vezes entre si por adquirir visibilidade no espaço público. O poder e responsabilidade do jornalismo nos planos político e sócio-cultural decorrem, em grande medida, precisamente desta faculdade de definir linhas de actuação que implicam necessariamente, em qualquer circunstância, incluir e excluir, atribuir importância, dar a ver e a conhecer.

Ao lado das fontes, jornalistas e redacções têm de lidar igualmente com as pressões e constrangimentos oriundos do universo de quem detém e controla os meios, dos anunciantes, dos *lobbies* e interesses políticos, sem esquecer a própria cultura profissional dos jornalistas (cf. McNair, 1998: 14; Soloski:1993). Neste confronto de lógicas, de interesses e de visões sobre o que é notícia e qual o seu papel na sociedade, os jornalistas e as empresas são permanentemente desafiados a conquistar e aprofundar o seu espaço vital próprio, com uma margem de acção que é frequentemente estreita.

---

deficiente físico brasileiro que, depois de avisar a Redacção da Globo, «atacou à marretada a calçada sem rampas de um terminal rodoviário que diariamente precisa usar em Campinas, cidade onde vive, a cem quilómetros de São Paulo». O impacte das imagens e das declarações foi tal («Como quem deveria fazer não faz, eu tento fazer alguma coisa»), que a Prefeitura da cidade decidiu dar de imediato início à obra de construção de rampas de acesso ao terminal.

<sup>12</sup> A isto chamou Boorstin, no início dos anos 60, «pseudo-eventos». Ocupam um lugar e uma expressão crescentes, não apenas na vida política (Serrano, 1999), mas noutras esferas da acção social. A sua característica principal reside em ocorrerem e adquirirem relevância na medida em que forem badalados pelos *media*.

O jornalismo realiza-se, cada vez mais, num quadro de 'altas pressões', e não é nem mero produto de determinações externas ou organizacionais nem agente social que actue sem fortes amarras e constrangimentos. Aquilo que ele é faz-se num jogo complexo de interacções e de poderes, numa 'dialéctica de controlo' (Giddens, 1987:64) que assenta em relações de autonomia e de dependência. A qualidade do jornalismo nunca é, por isso, uma conquista, mas resultado de uma luta permanente, que se perde ou que se ganha.

Mais ainda do que a luta pela qualidade, parece, porém, estar em causa a própria noção de jornalismo, o seu lugar e identidade, o seu contributo específico para a vida democrática. Perante as transformações mais recentes, alguns autores falam mesmo do 'ocaso do jornalismo' (Martínez-Albertos, 1997; Ramonet 1999). «Aquilo que conhecemos como 'notícias' parece em vias de desaparecer na nova constelação de fontes, estilos, objectivos e possibilidades», observa Schudson (1996), aludindo, nomeadamente, ao uso sistemático do directo. Pela nossa parte, e como o dissemos noutra lugar (Pinto, 1999: 77), o quadro crítico do actual jornalismo remete antes de mais para um processo de redefinição do qual estamos ainda longe de ter uma percepção e uma compreensão adequadas.

#### **4. Informação *online*, 'desintermediação' e públicos**

Ora, um dos terrenos que tem concorrido para evidenciar a necessidade de um alargamento dos termos do debate sobre as questões do jornalismo e das fontes é justamente a Internet e as novas modalidades de produção, processamento e circulação de conteúdos informativos proporcionados pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Com especial ênfase a partir de 1995, milhares de jornais impressos criaram as suas edições *online*, centenas de novos meios de informação foram concebidos e disponibilizados exclusivamente na Internet, numerosíssimas rádios e televisões passaram a estar acessíveis no ciberespaço. Paralelamente, observa-se uma tendência para a ocupação deste espaço por grupos económico-comunicacionais que procuram conquistar, através da criação de portais, lugares proeminentes na facilitação do acesso à Internet e da consulta/utilização de áreas de conteúdos e serviços cada vez mais vastos.

Uma primeira consequência destas transformações em curso refere-se, desde logo, à quantidade de informação disponível que tem vindo a crescer exponencialmente<sup>13</sup>. Navegar num oceano cada vez mais vasto e mais

---

<sup>13</sup> Segundo Varis (1996), calcula-se que o volume de informação electrónica passa para o dobro a cada ano que passa.

denso pressupõe, para jornalistas e para os públicos em geral, novas competências de discernimento e de avaliação (Dent, 1999). Até porque – e esta seria a segunda nota – indivíduos e instituições passaram a poder colocar *online*, com relativa facilidade, dados e informações de valor extremamente desigual e com propósitos muito diversos, o que, entre outras consequências, vem configurar um quadro novo, marcado nomeadamente por aquilo a que David Shaw (1997) chamou «desintermediação», ou seja, a diluição do papel de intermediário dos jornalistas, através da selecção e hierarquização da informação (cf. fig. 2). Doravante, e relativamente a um número cada vez maior de assuntos, é possível ao cidadão comum que disponha de Internet ter acesso à matéria bruta informativa ao mesmo tempo que os jornalistas<sup>14</sup>. Por outro lado, torna-se cada vez mais fácil cada qual dirigir-se a cada qual, sem necessidade de editores de informação. Assim, a ‘revolução das fontes’, fenómeno estudado por Manuel Chaparro, adquire, neste novo contexto, características e alcance ainda mais amplos.

Há um lado atractivo nesta tendência para a desintermediação. Aparentemente, tudo seria mais transparente e menos facilmente manipulável pelo trabalho jornalístico. Os cidadãos poderiam receber directamente das autoridades políticas e administrativas ou de outras instituições sociais a informação que lhes interessa ou de que necessitam e tomar iniciativas de reacção ou de comunicação com essas mesmas entidades, sem que a figura e o papel do jornalista–editor de informação sejam tidos por necessários. A par ou por detrás deste cenário cor-de-rosa, esconde-se, no entanto, um leque de riscos que merece atenção. Nenhuma fonte irá tornar público aquilo que se possa vir a revelar inconveniente para os seus interesses ou imagem. Nenhuma fará o trabalho de pesquisa de informações não publicitadas, de confrontação de dados e perspectivas para os colocar sem restrições de acesso ao dispor de qualquer interessado. Assim, quem realizaria essa magna e nunca acabada tarefa de procura, tratamento, selecção e

organização de informação, a partir de projectos editoriais e de ângulos de abordagem diversos, tarefa tão mais necessária quanto cresce e continuará a crescer a avalanche informativa? Paraphraseando Soledad Puente, «coloca-se aqui a questão da missão dos informadores e do papel do jornalismo num mundo em que a comunicação em rede se converta em realidade quotidiana e tanto o público como os meios possam aceder à Internet» (Puente, 1999).

Consolidando-se as possibilidades, abertas pela componente tecnológica, de uma relação sem intermediários entre as fontes informativas e o público, poder-se-á observar que a pesquisa sobre as fontes não se circuns-

---

<sup>14</sup> Foi, por exemplo, o caso da divulgação do relatório Starr, sobre o relacionamento entre o presidente Clinton e Monica Lewinski, decidida pelo Congresso dos EUA.

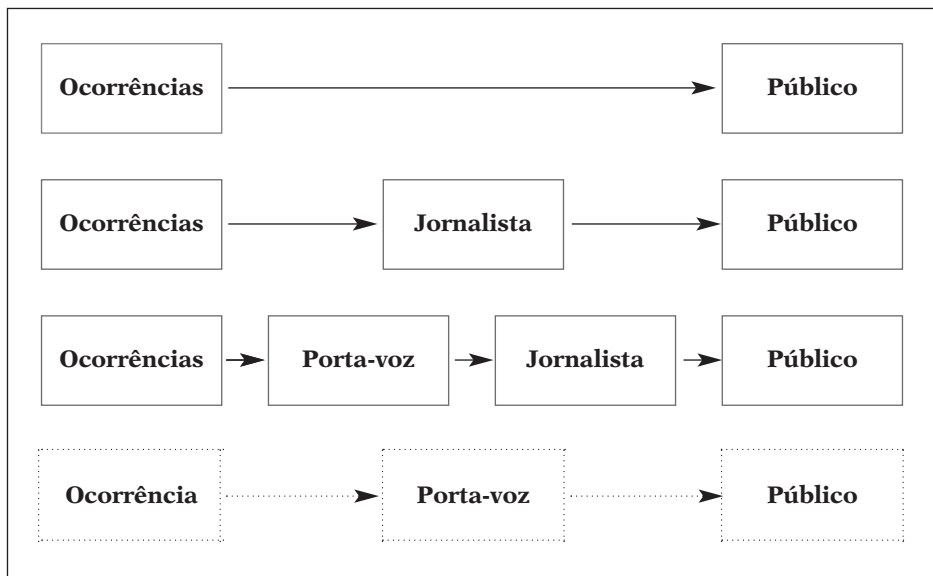


Fig. 2

creve apenas às relações dos profissionais da informação com elas, mas igualmente às fontes dessas fontes (dado tratar-se cada vez mais de fontes institucionalizadas e pautadas por uma lógica de acção estratégica) e, não menos importante, às fontes do público.

O problema das fontes de informação do público adquire, de facto, uma pertinência acrescida, quer pela multiplicação das fontes, quer pelos novos tipos de assimetria e desigualdade no acesso a elas e à respectiva utilização, quer ainda pelos modos social e culturalmente diferenciados de interacção com estas novas realidades.

Uma dimensão fundamental a ter em conta, neste contexto, relaciona-se com as competências críticas dos indivíduos para analisar a informação a que acedem, não apenas no que se refere à matéria de que trata essa informação, mas também à sua origem, ao processo da sua produção, circulação e recepção, aos agentes envolvidos nesse processo, aos interesses e lógicas que lhe subjazem, etc. Trata-se de uma faceta ou preocupação da educação para os *media* ou para a comunicação, que diversas organizações internacionais e governos de diversos países têm vindo a desenvolver, num quadro mais vasto de educação para a cidadania.

Um segundo ponto refere-se à fragmentação das formas de oferta de conteúdos e à construção de audiências específicas que cada uma dessas formas tende a construir. Sendo cada vez mais «comunidades de interesses que transcendem as fronteiras geográficas e políticas» (Pavlic, 1999: 58),

estas novas audiências convidam a repensar o papel dos *media* e, mais especificamente, da Internet enquanto serviço público. Se a não atribuição de fontes ou, pelo menos, a sua referenciação insuficiente constituíam já um problema grave do jornalismo tradicional (Harwood, cit. in López-Escobar 1988: 528), não é improvável que, face às novas tendências da disponibilização da informação de actualidade, o problema não se venha a agravar. Ora, do ponto de vista do público utilizador dessa informação, a explicitação do perfil das fontes tem constituído e continuará a constituir uma base importante da credibilidade da informação, independentemente da via através da qual a ela se tem acesso.

Finalmente, importa colocar na agenda da reflexão e da pesquisa o problema dos direitos e responsabilidades do público enquanto fonte de informação dos jornalistas e dos *media* em geral. Como observava um estudo divulgado pelo Instituto Gutemberg, do Brasil, «há muitos casos em que a 'notícia', seja falsa ou verdadeira, completa ou truncada, objectiva ou distorcida, destacada ou omitida, impõe-se como um troféu que a mídia disputa em detrimento do respeito aos direitos dos cidadãos». É o caso das fotografias abusivas, do assédio em circunstâncias inaceitáveis, da obtenção de declarações ou imagens de forma abusiva, entre outras situações <sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> O estudo do Instituto Gutemberg, divulgado no n.4 do seu Boletim de Julho de 1995, teve por base um inquérito junto de fontes institucionais (excluindo as oficiais e as de empresas de comunicação social) em quatro estados brasileiros, incluindo o Rio e São Paulo. Traduzindo o sentido das respostas obtidas, foi elaborada uma lista de direitos das fontes, que o próprio Instituto reconhece como polémicos em vários pontos, e que se transcreve a seguir:

«A fonte tem o direito de:

- a) Recusar-se a dar entrevista, e, se aceitar, escolher a hora e o local, sem ser molestada na rua; designar um porta-voz; não ser fotografada.
- b) Recusar um determinado repórter e comunicar que fala a outro profissional; desistir de entrevista marcada; omitir factos na entrevista.
- c) Exigir que fique claro o que disse em resposta às perguntas do entrevistador e o que disse espontaneamente.
- d) Sentir-se ofendida com perguntas impróprias ou desrespeitosas.
- e) Conhecer a pauta e limitar-se a ela; marcar outra entrevista para responder a questões inopinadas.
- f) Ler a reportagem antes da publicação.
- g) Processar uma empresa de comunicação e/ou um jornalista.
- h) Expulsar de casa ou estabelecimento comercial um jornalista ou equipe de TV que force a entrada.
- i) Ser entrevistado formalmente se um jornalista publicar declarações particulares ou descrever actos reservados ou colectar dados usando falsa identidade.
- j) Conhecer a origem de acusações anónimas quando é solicitada a comentá-las.
- k) Obter rectificação no mesmo tamanho e local da reportagem original».

Em conclusão, diríamos que a multiplicação e diversificação das fontes (com analogia com o que o sociólogo Madureira Pinto designou por «multiplicação dos pólos de enunciação»<sup>16</sup>) representam, certamente, um sinal da complexificação da vida social: desdobram e alargam as instâncias que produzem discursos e iniciativas, acrescentam e diferenciam canais e modalidades de comunicação, fazem crescer o volume de dados e informações, expressam, finalmente, a intervenção de novos actores na cena social. Neste processo, as fontes organizadas e, frequentemente, profissionalizadas adquirem um estatuto e um poder significativos, quer face aos *media* e aos jornalistas, quer face ao público em geral, do qual emergem, de resto. Este fenómeno é bem um sintoma de que o jornalismo, sendo um factor de configuração e representação da vida social, é, ao mesmo tempo, condicionado pela acção de uma «comunicação estratégica» situada a montante do trabalho dos jornalistas<sup>17</sup>. O que significa, por outro lado, que um dos aspectos fundamentais que está em causa, quando se aborda o problema das fontes de informação, é a questão do poder e da desigual distribuição social dos recursos para o seu exercício.

Ao arrepio de uma noção ingénuo e naturalista, este modo de entender a problemática das fontes pode, por conseguinte, ser tomado como um poderoso revelador das modalidades de comunicação na sociedade, das diferentes condições de acesso e proveito relativamente a essas modalidades e dos imbricados e sempre mutantes jogos estratégicos e táticos de interesses em presença.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BESUNARTEA, Ofa; Mercedes del Hoyo; Florencio Martínez (1998) – *Lecciones de Reporterismo*. Bilbao: Ediciones de la Universidad del País Vasco.
- BOURDIEU, Pierre (1996) – *Sur la Télévision, Suivi de l'Emprise du Journalisme*. Paris: Liber, 8.<sup>a</sup> ed.
- CAMINOS MARCET, Jose Maria (1997) – *Periodismo de Investigación: Teoría y Practica*. Madrid: Ed. Síntesis.

---

<sup>16</sup> Intervenção no I Congresso da Associação Nacional de Jovens Jornalistas, realizado em Coimbra, em 26 e 27 de Abril de 1999.

<sup>17</sup> Manheim desenvolveu este aspecto num estudo sobre o campo político, publicado em 1998.



- CARREIRA BOM, João (1998) – *A Perversão das Fontes*. Comunicação ao 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, Lisboa, 26 de Fevereiro a 1 de Março (Publicada nas Actas, edição da Comissão Executiva do 3.º Congresso, Lisboa).
- CHANG, Tsang-Kuo (1998) – «All Countries Not Created Equal to Be News», *Communication Research*, n.25 (5), pp. 528-563.
- CHAPARRO, Manuel C. (1998) – *Sotaques d'Áquém e d'Além Mar: Percursos e Géneros do Jornalismo Português e Brasileiro*. Santarém: Edições Jortejo.
- COMITTEE of Concerned Journalists (ed.) (1999) – *Changing Definitions of News*. Washington ([www.journalism.org/lastudy.htm](http://www.journalism.org/lastudy.htm)), site consultado em 20.6.99.
- DENT, Patrick (1999) – Multi-sourcing Your Internet Knowledge. *Online Journalism Review*. July 27, 1999.  
([http://ojr.usc.edu/indexf.htm?/sections/departments/99\\_stories/technodog\\_072799.htm](http://ojr.usc.edu/indexf.htm?/sections/departments/99_stories/technodog_072799.htm)).
- ESSER, Frank (1999) – «Tabloidization of News: a Comparative Analysis of Anglo-American and German Press Journalism», in *European Journal of Communication*, vol. 14, n.3, pp. 291-324.
- ERICSON, R.; P. Baranek; J. Chan (1989) – *Negotiating Control: a Study of News Sources*. Toronto: University of Toronto Press.
- FRANKLIN, Bob (1997) – *Newszak and News Media*. London: Arnold.
- GOMIS, Lorenzo (1991) – *Teoría del Periodismo: Cómo se Forma el Presente*. Barcelona: Paidós.
- GIDDENS, Anthony (1987) – *La Constitution de la Société: Éléments de la Théorie de la Structuration*. Paris: Presses Universitaires de France (ed. orig.: Polity Press, 1984).
- LÓPEZ-ESCOBAR, Esteban (1988) – «El Informador Profesional entre las Fuentes y el Público», in López-Escobar, Esteban e José Luis Orihuela (eds.) *La Responsabilidad Pública del Periodista*. Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra.
- MANHEIM, Jarol B. (1998) – «The News Shapers: Strategic Communication as a Third Force in News Making», in Doris Graber, Denis McQuail, Pippa Norris (eds.) *The Politics of News, the News of Politics*. Washington DC: CQ Press, pp. 94-109.
- MARTÍNEZ-ALBERTOS, J. L. (1997) – *El Ocaso del Periodismo*. Barcelona: Editorial CIMS.
- McNAIR, Brian (1998) – *The Sociology of Journalism*. London: Arnold.
- MESQUITA, Mário (1998) – *O Jornalismo em Análise*. Coimbra: Ed. Minerva.
- PAVLIC, John (1999) – «New Media and News: Implications for the Future of Journalists», in *New Media and Society*, vol 1(1), pp. 54-59.
- PINTO, Manuel (1999) – «O Jornalismo Como Campo Social e Como Domínio de Formação», in *Comunicação e Sociedade*, n.º 1 (Cadernos do Noroeste/Série Comunicação).
- PUNTE, Soledad (1999) – «Que Es Ser Periodista en la Era de Internet», in *Pulso del Periodismo* ([www.pulso.org/espanol/articulos/soledad.htm](http://www.pulso.org/espanol/articulos/soledad.htm)).
- RAMONET, Ignacio (1999) – «La Fin du Journalisme». Entrevista a ACRIMED (Action Critique Médias): [www.samizdat.net/acrimed/bulletin/Ramonet.html](http://www.samizdat.net/acrimed/bulletin/Ramonet.html).
- SANTOS, Rogério (1997) – *A Negociação entre Jornalistas e Fontes*. Coimbra: Minerva.

- SCHUDSON, Michael (1996) – *New Technologies, Old Values ... and a New Definition of News*. Radio and TV News Directors Foundation.
- SERRANO, Estrela (1998) – *As Relações entre a Comunicação Institucional e o Jornalismo*. Comunicação ao 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, Lisboa, 26 de Fevereiro a 1 de Março (Publicada nas Actas, edição da Comissão Executiva do 3.º Congresso, Lisboa).
- SERRANO, Estrela (1999) – *Jornalismo e Elites do Poder*. Comunicação apresentada ao 1.º Congresso da SOPCOM (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação). Lisboa (polic.).
- SHAW, David (1997) – «Can Newspapers Find their Niche in the Internet Age?». *Los Angeles Times*, 16 de Junho.
- SOLOSKI, John (1993) – «O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos ao Trabalho Jornalístico», in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'*. Lisboa: Vega Sage (texto originalmente publicado em 1989).
- VARIS, Tapio (1996) – «Educar para la sociedad de la Información: Nuevas Necesidades, Viejas Estructuras», in *Telos*, n.48, Madrid.